

1. APRESENTAÇÃO

O **Centro de Apoio Operacional de Educação** tem como papel essencial prestar apoio técnico às(aos) Procuradoras(es) e Promotoras(es) de Justiça, bem como às(aos) servidoras(es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

O CAO Educação produziu o presente boletim informativo abordando principalmente notícias, ações ministeriais, informações e normativas aprovadas na área da educação em decorrência das medidas de controle e combate à pandemia da COVID-19 (Coronavírus).

2. AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Ação requer suspensão de medidas de flexibilização adotadas em sorriso

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso e a Defensoria Pública ingressaram com ação civil pública, com pedido liminar, requerendo a suspensão de várias medidas adotada pelo Município que resultaram na flexibilização do isolamento social. Entre os pedidos estão a suspensão das aulas nas redes públicas e privadas até pelo menos 31 de maio, elaboração de plano de contingência nas unidades de ensino, apresentação de plano de utilização do transporte coletivo, definição de protocolos para funcionamento dos restaurantes, feiras, agências bancárias e casas lotéricas, paralisação das atividades das academias e bares e suspensão da reabertura de praças e parques públicos e das celebrações religiosas presenciais. [Continue lendo....](#)

Retorno das aulas deve acontecer gradativamente a partir do dia 18 de Maio

Em reunião realizada por videoconferência, membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso discutiram com o prefeito da Capital, Emanuel Pinheiro, providências em relação ao transporte coletivo e a retomada das atividades escolares. Em ambos os casos, os membros da instituição avaliaram positivamente os resultados alcançados. Dividida em dois momentos, a reunião promovida pelo Ministério Público contou com a participação do secretário municipal de Educação, Alex Vieira Passos, do presidente do sindicato das escolas particulares, Gelson Menegatti Filho, dos procuradores Edmilson da Costa Pereira, Paulo Roberto Jorge do Prado, e dos promotores de Justiça Miguel Shhessarenko Júnior e Ezequiel Borges. [Continue lendo....](#)

MP recomenda anulação de decreto e que aulas permaneçam suspensas

As Promotorias de Justiça Cíveis de Sorriso (a 420km de Cuiabá) notificaram o Município para que declare nulo o Decreto nº 236/2020, que criou o Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus na cidade, com a participação de apenas alguns segmentos religiosos. O Ministério Público argumenta que a referida norma viola a regra constitucional do estado laico, uma vez que não foi oportunizada a participação de todas as religiões.

Outra irregularidade encontrada é referente ao caráter deliberativo do comitê, “medida que caracteriza indevida, inconstitucional e ilegal delegação de funções públicas”. Segundo os promotores de Justiça Márcio Florestan Berestinas, Élide Manzini de Campos e Maisa Fidelis Gonçalves Pyrâmides, a elaboração da política pública de prevenção e enfrentamento ao coronavírus não pode ser delegada a um comitê pelo prefeito, pois configura função típica do poder executivo a missão de administrar, sob pena de ofensa ao princípio democrático. [Continue lendo....](#)

Em Jauru, MP também recomenda suspensão de aulas por mais 30 dias

Considerando que a região do município de Jauru (a 425km de Cuiabá) atualmente não possui leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) exclusivos para tratamento da Covid-19 e que o cronograma divulgado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES) prevê apenas cinco leitos para uma população atendida de aproximadamente 300 mil habitantes na região oeste do estado, a partir do mês de maio, a Promotoria de Justiça da comarca, de titularidade do promotor de Justiça Daniel Luiz dos Santos, recomendou ao Município a prorrogação por mais 30 dias da suspensão das atividades escolares presenciais na educação. [Continue lendo....](#)

Prefeito de Cuiabá é notificado a suspender aulas por mais 30 dias

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, e o secretário municipal de Educação, Alex Vieira Passos, também foram notificados pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso a prorrogar por mais 30 dias o período de suspensão das aulas. No documento, assinado pelo promotor de Justiça que atua na área da Educação em Cuiabá, Miguel Shessarenko Júnior, o MPMT recomenda tratamento idêntico à rede pública e privada, já que na Capital está havendo discrepâncias em relação à provável data de retorno das atividades presenciais. A orientação é para que a prorrogação seja efetivada por todos os estabelecimentos de ensino. [Continue lendo....](#)

MP recomenda suspensão de atividades escolares por mais 30 dias em MT

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso recomendou ao Poder Executivo Estadual que prorrogue por mais 30 dias a suspensão das atividades escolares presenciais da educação

infantil, ensinos fundamental, médio e superior na rede pública e privada em todo o estado. A notificação, expedida nesta quinta-feira (23) pelo procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, e pelo promotor de Justiça que atua na área da Educação em Cuiabá, Miguel Silhessarenko Júnior, foi direcionada ao governador Mauro Mendes e à secretária estadual de Educação, Marioneide Angélica Kliemaschewsk. No documento, o MPMT recomenda a edição de um Decreto Estadual específico, com estratégias próprias para a retomada das atividades escolares presenciais, com a participação dos Conselhos de Educação, Comunidade Escolar e profissionais da educação.

[Continue lendo....](#)

MP requer disponibilização de 600 novas vagas em creches

A 1ª Promotoria de Justiça Cível da comarca de Cáceres (a 225km de Cuiabá) ajuizou Ação Civil Pública (ACP) para que o Município seja obrigado a disponibilizar 600 novas vagas nas unidades de ensino infantil (creches e pré-escolas municipais) da cidade, uma vez que mais de 400 crianças aguardam atualmente em lista de espera. De acordo com a ACP, isso deve ocorrer por meio da construção de novas unidades ou locação de espaços mais amplos, a partir do início do ano letivo de 2022, tendo em vista a impossibilidade de atendimento imediato em razão da pandemia do coronavírus. [Continue lendo....](#)

Cuiabá firma medidas compensatórias para período de suspensão das aulas

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da 8ª Promotoria de Justiça Cível Especializada na Tutela Coletiva da Educação, firmou medidas compensatórias educacionais e de alimentação escolar para o período de suspensão das aulas da rede municipal junto à Secretaria Municipal de Educação (SME) de Cuiabá, ao Conselho Municipal de Educação e à Coordenadoria de Vigilância Sanitária da Capital (CVID). Os termos foram assinados em março e abril deste ano, em decorrência das providências de prevenção à Covid-19. Conforme o promotor de Justiça Rinaldo Segundo, em 2019 a Promotoria instaurou procedimentos administrativos com o objetivo de acompanhar políticas públicas de educação nas unidades de ensino infantil de Cáceres e ser um canal de resolução de problemas. [Continue lendo....](#)

3. AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE OUTROS ESTADOS

MP recomenda à prefeitura de Porto Alegre que não suspenda os termos de parceria com instituições de educação infantil

A Promotoria de Justiça Regional de Educação de Porto Alegre (Preduc-POA) expediu, em 20 de abril, Recomendação ao Município de Porto Alegre para que se abstenha de realizar a suspensão dos termos de colaboração celebrados com organizações da sociedade civil para a

prestação do serviço público de educação infantil. Conforme o documento assinado pela promotora de Justiça Danielle Bolzan Teixeira, inexistente previsão legal neste sentido. A Prefeitura anunciou a suspensão dos repasses sob alegação de que as creches estão fechadas em decorrência da pandemia da Covid-19. [Continue lendo....](#)

Distribuição de cestas básicas com verba do programa nacional de educação escola é tema de reunião virtual

Os promotores de Justiça Regionais da Educação participaram de reunião virtual com a Secretaria de Educação (Seduc) que expôs as estratégias que estão sendo adotadas durante este período de suspensão das aulas em razão do isolamento social adotado para conter a pandemia de coronavírus para distribuição de cestas básicas adquiridas com verba de alimentação escolar, oriunda do Programa Nacional de Educação Escola (PNAE) e da complementação do Estado. “A Seduc nos informou que os alimentos que estavam estocados nas escolas já foram distribuídos para os alunos. Agora, a remessa de alimentos adquiridos com a nova parcela do PNAE será distribuída pelas escolas, na forma de cestas básicas, com itens não perecíveis, no valor de R\$ 112,70 cada, priorizando os alunos mais vulneráveis”, explicou a coordenadora do Centro de Apoio. [Continue lendo....](#)

MPSC marca reunião com SINEPE e AMPESC para conhecer medidas para manutenção do equilíbrio contratual

Reuniões fazem parte das apurações da 29ª Promotoria de Justiça da Capital, que instaurou três inquéritos civis para verificar eventuais problemas na adequação das mensalidades decorrentes dos ajustes implantados pelas escolas e faculdades particulares para se adaptarem às medidas de combate à pandemia de covid-19. [Continue lendo....](#)

Municípios devem garantir a segurança alimentar de alunos da rede pública de ensino

Grupo de Apoio à Execução, do Gabinete Gestor de Crise do MPSC, elaborou modelo de recomendação aos Promotores de Justiça sobre a obrigação do Estado de garantir a alimentação de crianças e adolescentes da educação básica na rede pública. Alimentos adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser distribuídos aos pais ou responsáveis pelos alunos. [Continue lendo....](#)

MPSC e PROCON recomendam a escolas privadas transparência sobre a recomposição do calendário escolar e manutenção dos custos operacionais

Em reunião, o Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Consumidor do MPSC e o

Diretor Estadual do PROCON deram prazo até 30 de abril para escolas encaminharem aos responsáveis informativos sobre a recomposição das aulas e 30 dias para apresentarem justificativas dos custos operacionais, diante da paralisação das atividades presenciais até o dia 31 de maio. [Continue lendo....](#)

Aviso de pauta: MPSC e PROCON SC promovem reunião sobre o pagamento de mensalidades na rede privada de ensino

O objetivo é buscar um consenso entre escolas e pais em relação à cobrança de mensalidades em meio às mudanças provocadas no calendário escolar devido à pandemia do novo coronavírus. [Continue lendo....](#)

Promotoria questiona Prefeitura de Campinas sobre antecipação da retomada de aulas - Município anunciou retorno para 18 de maio

No âmbito de um inquérito civil instaurado pelo Ministério Público, o promotor de Justiça pediu ao prefeito de Campinas esclarecimentos sobre a decisão de antecipar o retorno às aulas presenciais na rede municipal de ensino. Em ofício, o membro do MPSP questiona se o município já atingiu curva decrescente segura do contágio pela covid-19, a ponto de justificar, ainda que com restrições, a retomada das atividades nas escolas no dia 18 de maio. [Continue lendo....](#)

Promotoria quer que Campinas garanta merenda a alunos da rede municipal na pandemia - Recomendação envolve ainda ensino a distância

O promotor de Justiça da Infância e Juventude, recomendou ao município de Campinas que, durante a suspensão das aulas por conta da pandemia de covid-19, forneça merenda ou cesta básica a todos os alunos da rede pública municipal. Na impossibilidade de atender à orientação, considerando a situação de calamidade pública, a Promotoria pede que a Prefeitura de Campinas garanta alimentação em substituição à merenda escolar ao menos aos que, de alguma forma, apontarem a necessidade dela. Nessa hipótese, o Executivo local deverá criar mecanismo para que os estudantes ou seus responsáveis possam comunicar tal necessidade, permitindo o pronto atendimento da demanda. [Continue lendo....](#)

MPRJ expede recomendações para que municípios garantam a reposição de aulas presenciais após o fim das medidas de isolamento

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação do Núcleo Duque de Caxias, expediu três recomendações a municípios da Baixada Fluminense para que seja garantida a reposição das aulas presenciais

aos estudantes das redes municipais, após o fim das medidas de isolamento social adotadas em razão da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). . [Continue lendo....](#)

MPRJ ajuíza ação para que o Município abra uma conta específica da Educação para depósito dos 25% das receitas de impostos e transferências constitucionais

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Grupo de Atuação Especializada em Educação (GAEDUC/MPRJ) ajuizou ação civil pública para que o Município de Nilópolis promova abertura de conta setorial específica da educação (além daquelas destinadas ao FUNDEB, salário-educação e outros recursos) para depósito dos recursos previstos no artigo 212, caput, da Constituição da República – 25% da receita resultante de impostos, incluindo transferências constitucionais a serem aplicados em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino – em nome da Secretaria Municipal de Educação de Nilópolis. [Continue lendo....](#)

MPRJ expede Recomendação para que município promova a aplicação legal dos recursos dos Royalties destinados à educação

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio do Grupo de Atuação Especializada em Educação (GAEDUC/MPRJ), expediu Recomendação ao município de São Francisco de Itabapoana para que seja promovida a completa segregação financeira e garantida a correta aplicação dos recursos recebidos a título de Royalties e Participações Especiais e que se destinem ao custeio de ações de manutenção e desenvolvimento do ensino. [Continue lendo....](#)

MPRJ expede recomendação a Município para que não utilize recursos da Educação para comprar cestas básicas durante o recesso escolar em razão da Covid-19

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) expediu recomendação ao prefeito de Teresópolis, ao secretário municipal de Educação, ao secretário municipal de Fazenda e ao secretário municipal de Administração para que, entre outras medidas, o município não efetue gastos com recursos orçamentários destinados à Educação para a aquisição de kits ou cestas básicas durante o período de suspensão das atividades escolares por conta da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o que deverá ser feito com recursos próprios não vinculados. [Continue lendo....](#)

MPRJ participa de videoconferência para discutir parecer do Conselho Nacional de Educação relacionado ao ensino remoto durante a pandemia do coronavírus

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação (CAO Educação/MPRJ), participou de videoconferência realizada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)

que teve como objeto a minuta de Parecer relativo a “Reorganização dos Calendários Escolares e a realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de Pandemia da COVID-19” que se encontra em elaboração por aquele Colegiado e foi submetido a consulta pública. [Continue lendo....](#)

MPRJ ajuíza ação para que o Estado do Rio de Janeiro não compute como dias e horas letivos as atividades educacionais realizadas através de plataforma digital

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 2ª e 3ª Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, ajuizou ação civil pública junto à 6ª Vara de Fazenda Pública para que o Estado do Rio de Janeiro se abstenha de computar como dias e horas letivos as atividades educacionais realizadas através da plataforma Google For Education e da ferramenta Google Classroom ou qualquer plataforma educacional similar. Na ação o MPRJ aponta que o art. 24, I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que determina o cumprimento de 800 horas letivas presenciais como direito dos alunos, o que faz com que as aulas virtuais possam ser consideradas atividades meramente complementares e de estímulo intelectual aos alunos, sem prejuízo da retomada das aulas presenciais, assim que possível. [Continue lendo....](#)

Fórum busca soluções para prestação de serviços de educação durante a pandemia

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio do Gabinete de Acompanhamento da Pandemia do Novo Coronavírus (GAP-Covid-19), integra o fórum que foi constituído para dialogar e desenvolver ações para enfrentamento consensual das questões relacionadas à prestação de serviços educacionais durante a pandemia do novo coronavírus. [Continue lendo....](#) - [Veja os objetivos do Fórum na Carta à Sociedade](#)

Podcast: Atuação da Proeduc e os desafios na Educação em virtude do novo coronavírus

Neste Dia Mundial da Educação, a Rádio Web do Ministério Público de Minas Gerais conversou com a coordenadora estadual de defesa da Educação, Daniela Yokoyama, sobre como o MPMG vem enfrentando os desafios impostos pela pandemia do coronavírus. [Continue lendo....](#)

Após Recomendação do MPMG, Estado orienta trabalho presencial na Educação

O Ministério Público de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação (Proeduc) e da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação de Belo Horizonte recebeu resposta positiva do Estado sobre a Recomendação que orientava a Secretaria de Educação quanto a volta ao trabalho do setor programada para o dia 14 de abril. Além disso, a Proeduc orientou os

promotores de Justiça a monitorarem a situação dos sistemas municipais de educação nas comarcas onde atuam. [Continue lendo....](#)

MPDFT recomenda medidas de segurança sanitária para o retorno das aulas presenciais

Com o anúncio do GDF de volta às aulas nas próximas semanas, a Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (Proeduc) recomendou ao secretário de Educação, João Pedro dos Passos, que o plano de retorno gradual das atividades presenciais contenha medidas de segurança sanitária necessárias à contenção da Covid-19. O documento, assinado nesta sexta-feira, 24 de abril, deve ter real possibilidade de aplicação eficiente, imediata e sustentável. [Continue lendo....](#)

MPDFT e Secretaria de Educação discutem retorno às aulas no DF

Integrantes de força-tarefa do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) que acompanha as ações de prevenção e combate à Covid-19 se reuniram com a Secretaria de Educação para tratar do retorno das atividades escolares. No encontro foram discutidos assuntos como transporte escolar e medidas de segurança sanitária para minimizar a contaminação no âmbito das escolas. [Continue lendo....](#)

Recomendação visa resguardar consumidores de serviços educacionais privados

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor (Prodecon) recomendou às instituições de ensino privadas do DF que apresentem, no prazo de dez dias, plano para reposição ou substituição das aulas. O documento, expedido nesta quinta-feira, 23 de abril, também orienta que as escolas apresentem proposta de desconto nas mensalidades quando não for possível a substituição das aulas por atividades remotas. [Continue lendo....](#)

Força-Tarefa trata com Secretaria de Educação a garantia dos direitos dos estudantes do Estado

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul, representado pelas Promotoras de Justiça integrantes da Força-Tarefa que tem o objetivo de acompanhar a epidemia da doença do COVID-19, participou de reunião com a Secretária de Educação do Estado onde foram tratados temas como: a complementação alimentar e nutricional aos estudantes que são de famílias vulneráveis, instituída pelo Decreto Normativo nº 15.405, de 30/03/2020, que determinou o acréscimo de R\$ 60 (sessenta reais), a ser pago exclusivamente aos beneficiários do Programa Vale Renda, e que possuem dependentes matriculados na Rede Estadual de Ensino. Na pauta também constaram os kits merendas que serão entregues a todos os alunos da rede estadual de ensino com recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). [Continue lendo....](#)

Órgãos de defesa do consumidor se reúnem com representantes das escolas particulares em busca de acordo diante da suspensão das aulas

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul, a Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, o Procon Campo Grande, o Procon Estadual, o Sintrae (Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino no MS) e o Sinepe (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de MS) estiveram reunidos na sede do MPMS, nessa quarta-feira (15/4), para discutirem temas como: a inadimplência e manutenção ou não das mensalidades escolares, o emprego dos trabalhadores da educação, plano pedagógico, além da necessidade de manterem os pais informados sobre a nova forma das aulas, como medida de prevenção ao novo coronavírus e a pandemia que se instala no mundo. . [Continue lendo....](#)

Petrolina atende à recomendação do MP-GO e distribui alimentos da merenda

Atendendo à recomendação expedida no início do mês pelo Ministério Público de Goiás (MP-GO), por intermédio da Promotoria de Justiça de Petrolina de Goiás, a Secretaria Municipal de Educação procedeu à distribuição de alimentos da merenda escolar para os estudantes da rede municipal. Em reunião virtual realizada no início desta semana, a promotora de Justiça Andréa Zanon Marques Junqueira foi informada pela secretária municipal de Educação, Amélia Fernandes de Paiva Braga, que foram montadas 60 cestas com os produtos em estoque, incluindo carnes congeladas, tendo todas sido entregues às famílias dos alunos. [Continue lendo....](#)

Nota técnica de MPs, Defensoria e Procon orienta sobre contratos com escolas

O Ministério Público de Goiás (MP-GO), o Ministério Público Federal em Goiás (MPF), a Defensoria Pública do Estado e o Procon Goiás expediram nesta terça-feira (14/4) nota técnica com o objetivo de orientar os consumidores e os fornecedores das instituições privadas de educação básica e superior de Goiás sobre os contratos de prestação de serviços de ensino. O documento contempla orientações específicas quanto aos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior e outras relativas aos estabelecimentos de ensino infantil. [Continue lendo....](#)

MPTO investiga contratação de serviço de transporte escolar pelo Estado sem licitação

O Ministério Público do Tocantins (MPTO) está apurando, por meio de inquérito civil público, possíveis irregularidades na contratação da empresa Atlântico Transportes Ltda. pelo Estado do Tocantins para a prestação do serviço de transporte escolar. O contrato, no valor de R\$ 4.272.757,24, foi firmado mediante declaração de dispensa de licitação, sob a justificativa de que a contratação ocorreria em caráter emergencial. [Continue lendo....](#)



4. NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

MPF e MP/RS recomendam aos prefeitos da região de Erechim garantia da distribuição dos alimentos do PNAE durante suspensão das aulas

O Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do estado do Rio Grande do Sul (MP/RS) recomendaram aos prefeitos da região de Erechim que, no período de suspensão das aulas presenciais, assegurem a distribuição dos alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos alunos que deles necessitarem. [Continue lendo....](#)

PFDC quer saber como está fiscalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar

Diante do contexto de vulnerabilidade alimentar e nutricional de milhares de estudantes que estão fora das escolas em razão da pandemia da covid-19, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF) quer saber como está a fiscalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). [Continue lendo....](#)

MPF processa município do Pará que decidiu não entregar merenda para estudantes cujos pais tenham emprego

O Ministério Público Federal (MPF) entrou na Justiça, nessa terça-feira (28), com ação contra decisão do município de Juruti (PA) de, durante a pandemia de covid-19, não distribuir merenda escolar a estudantes cujos pais estejam empregados. O MPF alerta que impedir o acesso de alunos à alimentação escolar vai contra os princípios constitucionais da administração pública e viola direitos fundamentais das famílias. [Continue lendo....](#)

MPF recomenda a todos os municípios do Pará suspensão de pagamento de advogados com verbas do FUNDEF

O Ministério Público Federal (MPF) está expedindo esta semana ofícios a todos os municípios do Pará com recomendação para que seja suspenso o uso de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para o pagamento de advogados ou de servidores públicos. O MPF, por meio de 26 procuradores da República que atuam em todo o estado, recomenda aos municípios que destinem as verbas exclusiva e estritamente para manutenção e desenvolvimento da educação. [Continue lendo....](#)

Nota Pública: MPF se posiciona a favor da suspensão das aulas nas escolas e medidas de distanciamento social no RN

O Grupo de Trabalho Estadual de acompanhamento das medidas governamentais e privadas relacionadas ao novo coronavírus no âmbito do Ministério Público Federal no Rio Grande

do Norte (GT Covid-19) emitiu nota pública, nesta segunda-feira (27), em que se posiciona sobre ação popular que pede a reabertura de escolas no estado. Confira, abaixo, a nota na íntegra.

[Continue lendo....](#)

Liminares bloqueiam mais de R\$100 mi de três municípios baianos para evitar desvio de créditos do Fundef

A pedido do Ministério Público Federal (MPF), a Justiça concedeu decisões liminares de bloqueio de recursos da Educação recebidos pelos municípios de Santa Maria da Vitória, São Félix do Coribe e Serra Dourada, na Bahia, em razão do desvio na finalidade de sua aplicação. Os valores, que juntos somam mais de R\$100 milhões, foram recebidos como complementação de repasses do Fundef – sucedido pelo atual Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). Os recursos deveriam ter sido, obrigatoriamente, destinados na sua integralidade em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino e valorização do magistério, conforme orientação dos órgãos de controle, o que não tem sido feito pelos gestores municipais. [Continue lendo....](#)

5. NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Lei municipal que proíbe ensino sobre questões de gênero é inconstitucional

Em sessão virtual, o Plenário seguiu voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, para invalidar norma do Município de Novo Gama/GO.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a Lei 1.516/2015 do Município de Novo Gama (GO), que proíbe a utilização em escolas públicas municipais de material didático que contenha o que chama de “ideologia de gênero”. Por unanimidade, foi julgada procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 457, proveniente da Procuradoria-Geral da República (PGR), em sessão virtual realizada de 17 a 24/4. [Continue lendo....](#)

Mantida decisão que obriga município a alocar crianças em creches próximas à residência

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, negou pedido da Prefeitura de Umuarama (PR) para suspender decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) que determinavam ao ente público a concessão de vagas em creche próximas às residências das crianças o custeio de mensalidades de entidades privadas que prestem igual serviço.

O município alegava, na 1ª suspensão de Liminar (SL) 1314, que as execuções judiciais causariam grave lesão à saúde, à segurança e à economia públicas, além terem indesejado efeito multiplicador. Segundo a prefeitura, diversas creches estão operando acima da capacidade, em prejuízo do serviço prestado. [Continue lendo....](#)

6. NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

Senadores celebram o Dia Mundial da Educação e estimulam ensino do país

A importância da educação foi registrada pelos senadores em redes sociais nesta terça-feira (28), em homenagem ao Dia Mundial da Educação. A data foi instituída há 19 anos na cidade de Dakar, no Senegal, durante o Fórum Mundial de Educação, por líderes de 164 países — incluindo o Brasil, e simboliza o compromisso dessas nações com o desenvolvimento da educação até 2030. . [Continue lendo....](#)

Gestores educacionais criticam falta de orientação do MEC durante a pandemia

Gestores estaduais e municipais de Educação criticaram a falta de uma coordenação nacional para enfrentar os problemas educacionais neste momento de pandemia. Eles participaram de um seminário na internet da Comissão Externa da Câmara dos Deputados que acompanha os trabalhos do Ministério da Educação. [Continue lendo....](#)

Projeto autoriza aluno a cumprir currículo complementar online durante pandemia de Covid-19

O Projeto de Lei 907/20 autoriza a realização online, durante a pandemia de Covid-19, de todas as atividades complementares previstas nos currículos de cursos técnicos, tecnológicos e superiores. [Continue lendo....](#)

7. 8. OUTRAS NOTÍCIAS

Portal MEC

FNDE antecipa repasse de R\$ 364 milhões de programa de alimentação escolar

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), antecipou o repasse de R\$ 364,4 milhões do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), valor da quarta parcela de 2020. O total chega a R\$ 1,4 bilhão destinado a estados e municípios neste ano. Mesmo com a pandemia e a paralisação de atividades presenciais nas escolas, os repasses têm sido assegurados. O governo federal adaptou a legislação do programa para possibilitar a entrega dos alimentos às famílias dos estudantes. Já foram registradas entregas de kits da alimentação escolar em todas as regiões brasileiras. [Continue lendo....](#)

CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, por unanimidade, nesta terça-feira, 28 de abril, as diretrizes para orientar escolas da educação básica e instituições de ensino superior

durante a pandemia do coronavírus. Os 21 conselheiros votaram, em plenário virtual, um documento que traz orientações e sugestões para todas as etapas de ensino, da educação infantil à superior. O parecer foi elaborado com a colaboração do Ministério da Educação (MEC). [Continue lendo....](#)

Governo publica resultado do ajuste de contas do FUNDEB

O governo federal publicou, em 24 de abril, o ajuste anual nos valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de 2019. A medida é uma adequação, prevista em lei, para equilibrar a diferença entre os valores da receita estimada do Fundo e da receita efetivamente arrecadada no ano anterior. Isso ocorre, anualmente no mês de abril, depois que estados e municípios fecham o valor da arrecadação dos impostos vinculados ao Fundeb. [Continue lendo....](#)

MEC formaliza o ‘Conta pra Mim’

O Ministério da Educação (MEC) formalizou o programa Conta pra Mim. A iniciativa faz parte da Política Nacional de Alfabetização e tem o objetivo de orientar, estimular e promover práticas de literária familiar em todo o território nacional. [Continue lendo....](#)

MEC e FNDE realizam audiência pública sobre a aquisição de materiais para educação infantil

O Ministério da Educação (MEC), em conjunto com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), realizou nesta quinta-feira, 23 de abril, audiência pública on-line para discutir com editoras e autores a aquisição de materiais para a educação infantil, que compreende creches e pré-escolas com alunos até 6 anos. A iniciativa se baseou nas especificações técnicas do edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). [Continue lendo....](#)

FNDE consolida perguntas e respostas sobre a distribuição de alimentos do PNAE

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), disponibilizou nesta sexta-feira, 17, em seu portal eletrônico, um documento com perguntas e respostas sobre as novas normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a pandemia do coronavírus. Com a suspensão das aulas na rede pública, houve a necessidade de alterar a execução do programa, de forma a possibilitar a distribuição dos alimentos comprados com recursos federais diretamente aos estudantes. [Continue lendo....](#)

CNPG

Nota pública orienta adoção de medidas para garantir alimentação escolar no período de isolamento social

O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) por meio do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), por sua Comissão Permanente de Educação (Copeduc), emitiu nota pública nesta terça-feira (7/4) com o intuito de externar sua preocupação em relação à interrupção no fornecimento de alimentação aos alunos das redes públicas de ensino em todo o Brasil em razão da suspensão do calendário escolar, medida adotada para conter o avanço do novo coronavírus (COVID-19) no país. [Continue lendo....](#)

CNMP

CNMP firma memorando de entendimento com UNICEF E ATRICON para efetivar políticas públicas de busca ativa escolar

Nessa quarta-feira, 29 de abril, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio do seu presidente, Augusto Aras, [firmou memorando de entendimento com o Fundo das Nações Unidas para a Infância \(Unicef\), com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil \(Atricon\) e com o Instituto Rui Barbosa \(IRB\)](#). O objetivo é o desenvolvimento de ações de colaboração entre as instituições voltadas à capacitação, ao monitoramento, ao engajamento e à mobilização dos gestores públicos municipais, distritais e estaduais e outros agentes para enfrentamento da exclusão escolar e da cultura do fracasso escolar na educação básica.). [Continue lendo....](#)

SEDUC

Escolas montam kits de alimentação escolar para distribuir a alunos

As escolas da rede estadual já estão concluindo a montagem dos kits de alimentação escolar para entregar às famílias dos estudantes que serão beneficiados. A ação do Governo do Estado, um investimento de R\$ 2,5 milhões, visa garantir a alimentação aos alunos durante o período de suspensão das aulas por conta da pandemia do coronavírus. [Continue lendo....](#)

Estudantes que não têm acesso à internet recebem material pedagógico impresso

Os alunos da rede estadual que não têm acesso à internet estão recebendo o material pedagógico da plataforma digital Aprendizagem Conectada impresso. A plataforma, que pode ser acessada pelo computador e dispositivos móveis, foi desenvolvida pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) para auxiliar os estudantes na aprendizagem durante a suspensão das aulas. No

entanto, quem não tem acesso a esses equipamentos e nem à internet pode procurar a escola para adquirir o material. [Continue lendo....](#)

Governador atende prefeitos e adia retorno das aulas em Mato Grosso

O governador Mauro Mendes determinou a continuidade da suspensão das aulas na rede pública e privada de Mato Grosso, por tempo indeterminado, em razão do coronavírus. As aulas estão suspensas desde o dia 23 de março.

A decisão foi tomada nesta sexta-feira (24.04), e atende aos pedidos de dezenas de prefeitos e da diretoria da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM). [Continue lendo....](#)

SME – Cuiabá

Cuiabá cria plano estratégico para retomada das aulas nas redes pública e privada

O prefeito Emanuel Pinheiro anunciou a ampliação do período de suspensão das aulas – previstas para serem retomadas no próximo dia 10 de maio -, para até o dia 17 de maio. Após vídeo conferência com a participação de representantes do Ministério Público de Mato Grosso, e do secretário de Educação de Cuiabá, anunciou também a criação de um plano estratégico para o reinício das aulas, a partir do dia 18 de maio, caso os números relacionados à Covid -19 se mantenham controlados no Município. O Decreto nº 7.890 que dispõe sobre as ações para a retomada segura das atividades educacionais em Cuiabá será publicado nesta terça-feira (28), no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado. [Continue lendo....](#)

UNDIME

UNDIME apresenta considerações à proposta de Parecer do CNE sobre reorganização dos calendários escolares e atividades pedagógicas durante pandemia da Covid-19

Na última sexta-feira (17), o Conselho Nacional de Educação (CNE) divulgou [minuta do Parecer que normatizará a flexibilização do calendário letivo, bem como um edital de chamamento para consulta pública sobre a proposta](#), com intuito de colher subsídios e contribuições para a deliberação da matéria pelo Colegiado. [Continue lendo....](#)

UNDIME realiza levantamento sobre o atual estágio de suspensão das aulas nas redes municipais de ensino

No dia 20 de abril, o Ministério da Educação (MEC) lançou uma plataforma que torna públicos os efeitos da pandemia na oferta do ensino superior ([saiba mais aqui](#)). A plataforma referente à educação básica já está em desenvolvimento e deve ser lançada em breve.

Diante disso, a UNDIME realiza levantamento sobre o atual estágio de suspensão das aulas nas redes municipais de ensino. O objetivo é passar informações atualizadas ao MEC sobre as redes municipais de ensino e torná-las públicas na nova plataforma. [Continue lendo....](#)

CAMPANHA

Carta da Campanha à Sociedade Brasileira sobre o Parecer do CNE que dá diretrizes para o calendário letivo de 2020

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação divulga Carta à Sociedade Brasileira quanto ao parecer do (CNE) Conselho Nacional de Educação aprovado em 28 de abril que dá diretrizes para o calendário letivo de 2020 no contexto de enfrentamento da pandemia de COVID-19. Acesse a [carta aqui](#). [Continue lendo....](#)

Com austeridade, investimento público em educação vai continuar em queda em 2020, diz estudo.

Se seguirem tendência, investimentos públicos em Educação continuarão a cair a 2020, ainda mais do que nos dois últimos anos. É o que aponta [relatório](#) do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) que revela como as medidas de austeridade fiscal e a aprovação da Emenda Constitucional 95 reduziram as políticas sociais necessárias para proteger a população mais vulnerável da atual pandemia da COVID-19. [Continue lendo....](#)

8. CARTILHAS E ORIENTAÇÕES

Campanha lança Guia COVID-19: Boas Práticas em Proteção

Em seu quarto volume, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação dá continuação a sua série de guias sobre educação e proteção no contexto da pandemia de COVID-19 (coronavírus).

O objetivo do [Guia COVID-19: Boas Práticas em Proteção](#) é apresentar soluções de estados e municípios para garantir os direitos de crianças e adolescentes. O material destaca que os exemplos práticos expostos devem ser pensados de maneira colaborativa. Dessa forma, ações aparentemente pequenas podem significar maior segurança na vida de muitas pessoas.

Acesse o [Guia COVID-19: Boas Práticas em Proteção](#). O material foi produzido pela Campanha e pela plataforma Cada Criança.

Busca Ativa Escolar em Pílulas: um espaço para tirar as principais dúvidas sobre a estratégia

Toda semana a estratégia produz o '*Busca Ativa Escolar em Pílulas*', um material informativo em formato de vídeos curtos explicativos, que mostram o passo a passo sobre a metodologia e uso da plataforma.

Eles podem ser acessados no canal do [Unicef Brasil](#) no YouTube.

No mês de abril foram produzidos três vídeos da série, que abordam os seguintes temas:

- **Etapas** da metodologia e inserção de dados na plataforma desde o alerta até as observações do caso;
- Definição e cadastramento, na plataforma, dos **órgãos participantes** da estratégia em cada município;
- Definição e cadastramento, na plataforma, dos **prazos** para facilitar o gerenciamento dos casos.

[Continue lendo...](#)



BOLETIM INFORMATIVO DO CAO EDUCAÇÃO

Equipe:

Miguel Shhessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Educação

Tarlyson Corrêa Martins – Oficial de Gabinete

Juliana Aiko Yoshimura de Vasconcellos – Auxiliar Ministerial